

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.482 - SP
(2019/0106655-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : FERNANDO NEVES DA SILVA - DF002030
ADVOGADOS : CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA E OUTRO(S) -
DF032288
ALBERTO MARCIO DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP299332
LUCAS CANGIANO MAGALHÃES - SP368878
AGRAVADO : RICARDO APARECIDO MARTIN PERES
ADVOGADO : GERALDO PEREIRA DA SILVEIRA - SP122530

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, em face da decisão de fls. 233-234 e-STJ, da lavra da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo (art. 1.042 do CPC/15).

Pois bem. O apelo extremo foi interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em desafio ao acórdão de fls. 129-133 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

SEGURO SAÚDE. Incidência do CDC (Súmula 469, STJ). Decisão do STJ em outra ação ajuizada pelas partes. Mudança contratual no plano de saúde que afeta o autor. Mensalidade do autor que deve corresponder ao valor pago pela ex-empregadora somado ao pago pelos funcionários ativos. Abusividade do aumento aplicado. Violação do CDC. A apelada não justificou os aumentos. Em caso de diferença entre os valores devida a restituição. Correção desde cada desembolso, de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça e juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação. Inversão do ônus sucumbencial, com honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da causa (art. 85, §2º CPC/15). RECURSO PROVIDO, em parte.

Opostos embargos declaratórios (fls. 135-138 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 138-142 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 145-169 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 884 do Código Civil, sustentando a possibilidade e legalidade do reajuste conforme previsto em contrato; *(ii)* artigos 502 e 505 do CPC/15 e 6º da LINDB, aduzindo que a decisão violaria coisa julgada; e, *(iii)* artigo 31 da Lei n. 9.6598, afirmando que "*cabe à recorrida arcar com os valores idênticos àqueles praticados para contrato vigente aos funcionários em atividade, como preceitua a Lei*" (fl. 162 e-STJ), inexistindo motivos para assegurar à recorrida valor diferenciado de contraprestação, e não havendo direito adquirido ao modelo de custeio. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial. Contrarrazões às fls. 174-177 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 284/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 183-192 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial. Contraminuta às fls. 209-212 e-STJ.

Em juízo monocrático (fls. 233-234 e-STJ), a Presidência desta Corte Superior não conheceu do agravo, por ofensa ao princípio da dialeticidade.

Daí o presente agravo interno (fls. 237-242 e-STJ), no qual a agravante sustenta que não havia necessidade de impugnação da impossibilidade de análise de matéria constitucional. Sem impugnação.

É o relatório.

Decide-se.

1. De início, necessário registrar que, considerando que o recurso especial tem como escopo a discussão apenas de matéria infraconstitucional, esta Colenda Quarta Turma, após deliberações realizadas nas recentes sessões de julgamento, firmou o entendimento no sentido de ser dispensável a impugnação completa e específica ao fundamento da decisão de admissibilidade de "*não cabimento de recurso especial alegando violação a norma constitucional*".

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. **DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO.** AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. PRORROGAÇÃO. COPARTICIPAÇÃO. RECUSA DE COBERTURA. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional, pois se trata de matéria a ser apreciada no recurso extraordinário. Com isso, reconsidera-se a decisão agravada, passando-se a novo exame do recurso.

2. Alegação de ofensa a dispositivo constitucional é matéria própria de recurso extraordinário, sendo incabível sua apreciação em recurso especial, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao eg. Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102).

[...]

5. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1474540/MA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 19/09/2019) [grifou-se]

Assim, reconsidera-se a decisão proferida pela Presidência dessa Corte (fls. 233-234 e-STJ), a fim de superar a ofensa ao princípio da dialeticidade, seguindo-se na análise do reclamo.

2. A Corte de origem assim julgou a controvérsia (fls. 131-133 e-STJ):

Cumpre ressaltar que a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial em outra ação interposta pelas partes determinou que: "(...) não há que se falar em direito adquirido ao regime de

custeio do plano que outrora vigorava, sendo aplicáveis ao ex-empregado, nessa extensão, as mesmas alterações que posteriormente alcançaram os empregados ainda em atividade, preservando-se, assim, a paridade e o equilíbrio do sistema.” (fls. 24/30).

Desse modo, extrai-se que o apelante fica sujeito as alterações contratuais relativas ao plano de saúde que ocorrerem aos funcionários ativos de sua ex-empregadora (General Motors), contrariando o acórdão proferido por esta relatoria (fls. 13/24).

Visto isso, a mensalidade do autor deverá corresponder ao pagamento integral do plano de saúde atualmente contratado pela General Motors, correspondente ao valor pago pela antiga empregadora e pelos funcionários ativos.

A alteração de valor alegada pelo apelante decorreu de um novo contrato de plano de saúde que conforme supramencionado é aplicável ao autor.

Todavia, cabia a apelada justificar a proporção desse aumento, nos termos do artigo 39, inciso X, do Código de Defesa do Consumidor.

É direito do consumidor a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, CDC), já que inquestionável a hipossuficiência do autor em relação à ré. O conceito de hipossuficiência não é estritamente econômico, pois se relaciona ao “desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício” (NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, Ed. Saraiva, 2000).

Neste particular, não é possível identificar a forma de cálculo do índice de aumento aplicado às mensalidades pagas pelo destinatário final do serviço.

Dessa forma, incontestável a abusividade de seu conteúdo, que aumenta a vulnerabilidade do consumidor e o insere em situação de passividade frente às condutas praticadas unilateralmente pelo fornecedor.

Extraí-se, portanto, que a apelada não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, qual seja, justificar o aumento aplicado.

Outra alternativa não resta senão concluir que os aumentos aplicados pela ré são abusivos, pois não restaram justificados. Por isso, em cumprimento de sentença deverá ser analisado se o valor da mensalidade do apelante corresponde, como deveria, ao valor pago pela ex-empregadora somado ao pago pelos funcionários ativos.

Em caso de diferença entre os valores pagos desde 01.05.2017 e aqueles devidos devida sua restituição, tudo monetariamente corrigido desde cada desembolso, de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça e juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação.

Em decorrência da reforma da sentença prolatada em Primeira Instância, inverte-se a responsabilidade pelo ônus sucumbencial. Fica a ré responsável pelo pagamento das despesas processuais e de honorários advocatícios, aqui arbitrados, em 10% do valor da causa, em respeito aos critérios elencados pelo artigo 85, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

Conforme se extrai do trecho acima destacado, a Corte de origem reconheceu a decisão anterior, transitada em julgado, bem como que o valor do plano do ex-empregado deverá observar o modelo de custeio dos empregados na ativa - tal como determinado pelo *decisum* antecedente.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, evidencia-se a dissonância entre as razões do apelo extremo e a fundamentação utilizada na decisão impugnada, uma vez que a instância ordinária **já reconheceu** a necessidade de paridade entre o modelo de custeio de ativos e inativos - seja por força da coisa julgada, seja por força do disposto na lei dos planos de saúde.

A causa de pedir que motivou a procedência da demanda, nesse caso, foi a abusividade do reajuste - que pode ser suscitado por qualquer beneficiário, ativo ou inativo.

Gize-se, não estão mais em debate as condições de manutenção do plano do ex-empregado (artigo 31 da Lei n. 9.656/98), eis que já reconhecida pelo Tribunal local a existência de coisa julgada a este respeito.

O recurso especial, portanto, ao alegar ofensa aos artigos 502 e 505 do CPC/15, 6º da LINDB e ao artigo 31 da Lei n. 9.656/98, sustenta questões já acolhidas pela instância ordinária, sem demonstrar que forma a Corte de origem teria, ainda assim, violado os referidos dispositivos.

Incidentes, portanto, os óbices das Súmulas 283 e 284/STF. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

[...]

3. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

[...]

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1215038/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. RAZÕES RECURSAIS. DISSOCIAÇÃO. SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, CPC/2015. INAPLICABILIDADE. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. VIGÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. PUBLICAÇÃO ANTERIOR.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 860.337/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

Superior Tribunal de Justiça

3. Cinge-se a controvérsia, portanto, aos reajustes aplicados ao plano de saúde, considerados abusivos pela Corte de origem.

A insurgente sustenta, com fundamento no artigo 884 do Código Civil (vedação ao enriquecimento sem causa), a legalidade dos reajustes na forma prevista em contrato.

No caso, concluiu a instância ordinária que "*cabia a apelada justificar a proporção desse aumento*", ônus do qual não se desincumbiu - motivo pelo qual foram considerados abusivos os reajustes.

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador concluiu não ter sido demonstrada, no caso, a alegada abusividade.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a análise das previsões contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, ante os óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

Neste sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE REVISÃO DE REAJUSTE DAS MENSALIDADES DO PLANO DE SAÚDE. VIOLAÇÃO DO ART. 460 DO CPC/73. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE AFIRMOU NÃO TEREM SIDO DEMONSTRADOS OS CRITÉRIOS PARA O REAJUSTE ANUAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS Nº 5 E 7 DO STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

[...]

2. O Tribunal de origem entendeu pela abusividade da cláusula que determinava o reajuste anual e a ausência de comprovação de que este tenha sido feito para manter o equilíbrio contratual. Rever essa conclusão exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é inviável nesta esfera recursal. Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

[...]

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1070152/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 28/08/2018)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE ANUAL. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. REAJUSTE POR IMPLEMENTO DE IDADE. LEGALIDADE. SÚMULA Nº 83/STJ.

[...]

2. É "possível o reajuste de contratos de saúde coletivos sempre que a mensalidade do seguro ficar cara ou se tornar inviável para os padrões da empresa contratante, seja por variação de custos ou por aumento de sinistralidade" (AgRg nos EDcl no AREsp 235.553/SP, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/6/2015, DJe de 10/6/2015). Incidência das Súmulas nº 5 e 7, do STJ.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1481925/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTE ANUAL. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos e a análise das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto nos enunciados sumulares n. 5 e 7 desta Corte Superior.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 782.664/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 19/02/2016) [grifou-se]

3.1. O apelo nobre sustenta, ainda, a inaplicabilidade aos contratos coletivos dos reajustes da ANS para os contratos individuais ou familiares.

Todavia, além de não apontar dispositivo legal com carga normativa compatível com a controvérsia, o debate está dissociado dos fundamentos da decisão recorrida, que não tratou desta questão.

Infere-se, assim, a dissonância entre as razões do apelo extremo e a fundamentação utilizada na decisão impugnada, fazendo incidir os óbices das Súmulas 283 e 284/STF.

4. Do exposto, **reconsidera-se a decisão de fls. 233-234 e-STJ** e, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se provimento ao agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator